

ANEXO 22

MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL

ANEXO 22**MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL****CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]****1.0 Condições**

O MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL (ou “Mecanismo”) terá aplicabilidade para compartilhamento de risco cambial em instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira firmado(s) nos primeiros cinco anos a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, e somente poderá ser aplicado à parcela de financiamento em moeda estrangeira relativa aos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS e/ou OUTORGA FIXA.

O Mecanismo terá aplicabilidade para o montante principal do(s) instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira, e não inclui os juros ou outras modalidades de pagamento. O montante máximo de principal que poderá ser considerado para o Mecanismo será de USD [—] ([—] dólares norte americanos). Caso o Mecanismo seja ativado para mais de um instrumento de financiamento, a soma dos principais considerados não poderá ultrapassar USD [—] ([—] dólares norte americanos).

O Mecanismo é aplicável para oferecer proteção cambial para instrumento(s) de financiamento com vencimento em até [—] ([—]) anos, periodicidade anual, semestral ou trimestral de amortização do principal, com ou sem carência.

Em até [—] ([—]) dias da Assinatura do Termo de Transferência Inicial a Concessionária deverá informar o Poder Concedente sua opção de eventualmente ativar o Mecanismo.

Para ativar o MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL, para um instrumento de financiamento em moeda estrangeira contratado pela Concessionária, a Concessionária deverá enviar notificação fundamentada à ARTESP, constando:

- i) Minutas dos contratos de financiamento ou outros instrumentos de financiamento em moeda estrangeira, em conformidade com a devida regulamentação;
- ii) Quando se tratar de financiamento por meio captação de recursos no mercado de capitais (como bonds ou modalidade equivalente), a Concessionária deverá apresentar cópia dos respectivos documentos – minuta de escritura de emissão, prospecto, minutas de contratos relacionados, relatórios de análise/classificação de risco, etc. – da emissão em moeda estrangeira;

Para ativar o Mecanismo, após firmado o instrumento de financiamento, em até 2 (dois) dias úteis da data de contratação, deverá ser entregue à ARTESP cópia(s) do(s) contrato(s) e/ou instrumento(s) que integram o financiamento devidamente assinadas, acompanhadas de versões traduzidas para o Português, bem como um resumo executivo que descreva as seguintes informações:

- i) *A moeda de denominação do instrumento de financiamento;*
- ii) *Data firmada do instrumento de financiamento em moeda estrangeira*
- iii) *Montante nominal do instrumento de financiamento em moeda estrangeira*
- iv) *Perfil da dívida, indicando os montantes, eventuais carências, e datas de pagamentos e desembolsos do financiamento, incluindo o cronograma de amortização da dívida;*
- v) *Taxa de juros nominal, com spreads e demais taxas que formem o valor final da taxa de juros do instrumento;*
- vi) *Descrição de seguros, garantias, comissões e outros;*
- vii) *Descrição da destinação final da operação;*
- viii) *Nome do avalista ou garantidor do crédito, quando houver;*
- ix) *Valor da taxa do swap embutido no instrumento de financiamento, quando houver;*
- x) *Razão Social do mutuário ou receptor do crédito (que deverá ser a própria Concessionária); e*

- xi) Síntese dos relatórios de agências de classificação de risco, se for o caso.*
- xii) No caso de mais de um desembolso, cada valor desembolsado deverá ser considerado isoladamente para fins de cálculo do mecanismo cambial, observado o disposto no contrato de financiamento.*

Quaisquer alterações do plano de pagamento de serviço da dívida, dos instrumentos de financiamento em moeda estrangeira, terão que ter a anuência do Poder Concedente, que deverá emitir justificativa para sua decisão.

Para alterações no cronograma de pagamento do principal, será possível alterar as condições no Mecanismo, mediante prévia autorização do Poder Concedente, para evitar exposições cambiais da Concessionária durante o período da concessão, respeitadas as condições básicas do Mecanismo.

Uma vez ativado o Mecanismo, a CONCESSIONÁRIA não poderá cancelá-lo sem prévia anuência da ARTESP.

Os valores incluídos nas condições do Mecanismo não poderão estar sujeitos a cláusulas de aceleração, pré-pagamento ou outras condicionantes que alterem o curso inicial de amortização da dívida. Alterações nestas condições do instrumento de financiamento devem envolver a anuência do PODER CONCEDENTE, quando prerrogativa da CONCESSIONÁRIA. Também será possível alterar as condições no Mecanismo, mediante prévia autorização do PODER CONCEDENTE, para evitar exposições cambiais da CONCESSIONÁRIA durante o período da concessão, respeitadas as condições básicas do Mecanismo.

O Mecanismo, em qualquer hipótese, não poderá alterar unilateralmente estruturas de hierarquização, subordinação ou cascadeamento de receitas associados a dívidas pré-existentis.

No caso em que haja comprovada aplicabilidade e interesse da CONCESSIONÁRIA em aderir ao Mecanismo disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE, vigorarão as condições descritas abaixo.

2.0 Cálculo do Valor Devido

Para fins do presente Mecanismo, define-se:

- 1. Taxa $PTAX_t$:** Com base na taxa do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN por meio da Transação PTAX venda, relativa ao cálculo realizado pelo Banco Central do Brasil, com quatro casas decimais, com base em dados vigentes 2 dias úteis anteriores a determinada data t , ou seja, com base na taxa referente a $t - 2$, ou índice equivalente caso este seja extinto.
- 2. Taxa $PTAX_0$:** Com base na taxa do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN por meio da Transação PTAX venda, relativa ao cálculo realizado pelo Banco Central do Brasil, com quatro casas decimais, com base em dados vigentes 2 dias úteis anteriores à Data de assinatura do instrumento de financiamento, ou índice equivalente caso este seja extinto.
- 3. $IPCA_t$:** último índice de preços ao consumidor amplo divulgado anteriormente à data de cálculo do instante t , utilizando o índice IPCA/IBGE, ou índice equivalente caso este seja extinto
- 4. $IPCA_0$:** último índice de preços ao consumidor amplo divulgado anteriormente à data de assinatura do instrumento de financiamento, utilizando o índice IPCA/IBGE, ou índice equivalente caso este seja extinto
- 5. A_t :** significa o valor da parcela de amortização do principal em dólares norte-americano do financiamento no instante t
- 6. PR_t :** significa o valor de principal remanescente em dólares norte-americanos do financiamento imediatamente antes do instante t

A Concessionária poderá optar, uma única vez a cada ativação do mecanismo, por uma das sistemáticas de cálculo do valor devido (Parcela em Reais):

Sistemática 1

$$Parcela\ em\ Reais_t = PTAX_0 \times \frac{IPCA_t}{IPCA_0} \times \left\{ A_t + PR_t \times \left[(1 + S)^{\frac{du}{252}} - 1 \right] \right\}$$

Sistemática 2

$$Parcela\ em\ Reais_t = PTAX_0 \times \frac{IPCA_t}{IPCA_0} \times \left\{ A_t \times \left[(1 + S)^{\frac{du}{252}} \right] \right\}$$

$$Parcela\ em\ Dólar_t = A_t * PTAX_t$$

Onde:

du significa o número de dias úteis entre cada data de pagamento de amortização do principal do financiamento; e,

S é igual a:

2,25 %, para financiamentos com prazo médio até 5 anos; ou

0,75%, para financiamentos com prazo médio superior a 5 anos.

Saldos devidos, considerando somente as parcelas de amortização de principal – não inclui os pagamentos de juros:

Caso de Compensação 1:

Parcela em Reais_t > Parcela em Dólar_t, Concessionária tem obrigação de compensação junto ao Poder Concedente equivalente Parcela em Reais_t – Parcela em Dólar_t

Caso de Compensação 2:

Parcela em Reais_t < Parcela em Dólar_t, Poder Concedente tem obrigação de compensação junto à Concessionária equivalente a Parcela em Dólar_t – Parcela em Reais_t

3.0 Compensação

A compensação deste Mecanismo se dará unicamente por meio da OUTORGA VARIÁVEL alocada para o Mecanismo, com compensações mensais entre as partes (CONCESSIONÁRIA e PODER CONCEDENTE). O valor a ser compensado por este Mecanismo, para cada uma das partes, está limitado ao montante de Outorga Variável alocado para o Mecanismo e acumulado na Conta Reserva de Outorga, que será objeto da NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO, ou fluxo futuro de OUTORGA VARIÁVEL, apurado aplicando-se percentuais específicos sobre a Receita Bruta, definida no Contrato, e conforme Caso de Compensação.

Para fins do cálculo de compensação, define-se:

1. M_t : é o montante equivalente a até [—] % (—) do saldo da Conta Reserva de Outorga exclusivamente oriundos do pagamento de OUTORGA VARIÁVEL, apurados no instante t ,

2. $Z_t^{6\%}$: É a OUTORGA VARIÁVEL alocada para o Mecanismo, em reais, no instante t, calculado como $[-]$ % (—) da Receita Bruta, de acordo com as regras do Contrato, apurado em periodicidade mensal, devida pela Concessionária ao Poder Concedente.
 3. Z_t^{Efetiva} : É a OUTORGA VARIÁVEL efetivamente retida, em reais, no instante t, seguindo as regras desse Mecanismo, apurado em periodicidade mensal, devida pela Concessionária ao Poder Concedente.
 4. NTN_B (Tesouro IPCA+ 2035 com Juros Semestrais): Composta pela média dos últimos três meses da taxa anual bruta de juros de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) com Juros Semestrais, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 15/05/2035, considerando média observada ao longo de 3 meses, a partir do último índice IPCA disponível, retroativamente.
5. Saldo Acumulado ($\text{Saldo}_t^{\text{acum}}$)

Para a 1ª Data de Apuração:

se (Parcela em Dolar₁ – Parcela em Reais₁) > 0,

$$(\text{Saldo}_1^{\text{acum}}) = (\text{Parcela em Dolar}_1 - \text{Parcela em Reais}_1) - M_1$$

se (Parcela em Dolar₁ – Parcela em Reais₁) < 0,

$$(\text{Saldo}_1^{\text{acum}}) = (\text{Parcela em Dolar}_1 - \text{Parcela em Reais}_1)$$

Para a t-ésima Data de Apuração, onde $t \neq 1$:

se (Parcela em Dolar_t – Parcela em Reais_t) + Saldo_m^t > 0,

$$(\text{Saldo}_t^{\text{acum}}) = (\text{Parcela em Dolar}_t - \text{Parcela em Reais}_t) - M_t + \text{Saldo}_m^t$$

se (Parcela em Dolar_t – Parcela em Reais_t) + Saldo_m^t < 0,

$$(\text{Saldo}_t^{\text{accum}}) = (\text{Parcela em Dolar}_t - \text{Parcela em Reais}_t) + \text{Saldo}_m^t$$

onde Saldo_m^t se refere ao saldo remanescente após retenção de última parcela mensal de OUTORGA VARIÁVEL que antecede o instante t , ajustado ao instante t .

Caso **Saldo Acumulado** ($\text{Saldo}_t^{\text{accum}} > 0$) significa um valor devido pelo Poder Concedente à Concessionária no instante t , mesmo após dedução de M_t ;

Caso **Saldo Acumulado** ($\text{Saldo}_t^{\text{accum}} < 0$), significa um valor devido pela Concessionária ao Poder Concedente no instante t ;

6. Utilização dos saldos M_t da Conta Reserva de Outorga

Sempre que $(\text{Parcela em Dolar}_t - \text{Parcela em Reais}_t) + \text{Saldo}_m^t > 0$, o PODER CONCEDENTE autorizará a imediata transferência de M_t da CONTA RESERVA DA CONCESSÃO para compensar parcial ou integralmente a concessionária, por meio da NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.

7. Saldo

Saldo_m Representa saldos remanescentes, para compensação após retenção de OUTORGA VARIÁVEL calculados mensalmente, onde:

$\text{Saldo}_m = \text{Saldo}_{t-1}^{\text{accum}} + \sum_{t-1 < i \leq m} (\text{Ajuste}_i - \text{Saldo Compensado}_i)$, m representa um determinado instante, entre as Datas de Apuração $t - 1$ e t , e imediatamente após compensação.

Saldo_m^t é o saldo após a última retenção de OUTORGA VARIÁVEL que antecede a Data de Apuração no instante t , ajustada a NTN-B, até o instante t , conforme definição de Ajuste.

8. Saldo Compensado e Ajuste

O **Saldo Compensado** $_m$ representa compensações mensais realizadas no instante m , com aplicação de regra de compensação que estabelece percentuais distintos – entre 0% e [—]% (—) -- em relação à regra básica de [—]% (—) sobre Receita Bruta, para cálculo mensal da OUTORGA VARIÁVEL.

Ajuste $_m$ representa a correção no Saldo não quitado entre as Datas de Apuração $t - 1$ e t :

Para a 1º mês subsequente à Data de Apuração $t - 1$,

$$Ajuste_m = \left[(1 + NTN_B)^{\frac{du_m}{252}} \times (-1) \right] \times Saldo_{t-1}^{acum},$$

Para os outros meses m:

$$Ajuste_m = \left[(1 + NTN_B)^{\frac{du_m}{252}} \times (-1) \right] \times Saldo_{m-1},$$

du_m representa o número de dias úteis entre datas de pagamento mensais, considerando cronograma definido no Contrato para apuração do valor da OUTORGA VARIÁVEL a ser retida pelo Poder Concedente, ou número de dias úteis entre a data de retenção da OUTORGA VARIÁVEL e a Data de Apuração, o que ocorrer antes.

Cálculo das compensações:

As Datas de Apuração do Saldo Acumulado coincidem obrigatoriamente com data de pagamento do principal da dívida em moeda estrangeira, sendo que:

Caso $(Saldo_t^{acum}) > 0$, $Z_t^{Efetiva}$ será igual a 0 (zero) até próxima apuração do Saldo Acumulado $(Saldo_{t+1}^{acum})$ ou até compensação integral entre t e $t+1$, o que ocorrer primeiro

Caso $(Saldo_t^{acum}) < 0$, $Z_t^{Efetiva}$ será de $[\bullet]\%$ até próxima apuração do Saldo Acumulado $(Saldo_{t+1}^{acum})$ ou até compensação integral entre t e $t+1$, o que ocorrer primeiro

As partes podem, no entanto, optar por antecipar suas respectivas obrigações, ultrapassando, assim a banda de 0 (zero) a $[\text{—}]\%$ (—) da Receita Bruta para a OUTORGA VARIÁVEL; ou seja, a CONCESSIONÁRIA pode optar por adiantar o valor devido ao PODER CONCEDENTE, e o PODER CONCEDENTE pode optar por adiantar o valor devido à CONCESSIONÁRIA, desde que observado o previsto no Acordo Tripartite, no Contrato de Administração de Contas e em eventuais instrumentos que sejam afetados pela variação na disponibilidade de receita da CONCESSÃO.

Cálculo das compensações mensais:

- Para $Saldo_{m-1} + Ajuste_m > Z_m^{6\%}$,

$$Z_m^{Efetiva} = 0,$$

$$Saldo\ Compensado_m = Z_m^{6\%}$$

- Para $0 < Saldo_{m-1} + Ajuste_m < Z_m^{6\%}$,

$$Z_m^{Efetiva} = Z_m^{6\%} - (Saldo_{m-1} + Ajuste_m)$$

$$Saldo\ Compensado_m = Saldo_{m-1} + Ajuste_m$$

- **Para $\text{Saldo}_{m-1} + \text{Ajuste}_m = 0$,**

$$Z_m^{\text{Efetiva}} = Z_m^{6\%}$$

$$\text{Saldo Compensado}_m = 0$$

- **Para $\text{Saldo}_{m-1} + \text{Ajuste}_m < (-)Z_m^{6\%}$,**

$$Z_m^{\text{Efetiva}} = 2 \times Z_m^{6\%}$$

$$\text{Saldo Compensado}_m = -Z_m^{6\%}$$

- **Para $(-)Z_m^{6\%} < \text{Saldo}_{m-1} + \text{Ajuste}_m < 0$,**

$$Z_m^{\text{Efetiva}} = Z_m^{6\%} - (\text{Saldo}_{m-1} + \text{Ajuste}_m)$$

$$\text{Saldo Compensado}_m = (\text{Saldo}_{m-1} + \text{Ajuste}_m)$$

A CONCESSIONÁRIA pode antecipar seus recebíveis com um agente financeiro; ou seja, a CONCESSIONÁRIA pode antecipar um valor devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por conta deste Mecanismo, conforme previsto no Contrato. O Poder Concedente também pode ceder ou antecipar recebíveis de OUTORGA VARIÁVEL, mas apenas depois dos cinco primeiros anos do contrato.

Após a amortização integral do instrumento de financiamento, poderá ainda ser realizada compensações para quitar um possível saldo remanescente até o fim da concessão, desde que respeitadas as condições básicas do Mecanismo. Com o fim do CONTRATO, e o fim do recolhimento de OUTORGA VARIÁVEL, não haverá mais compensações.

4.0 Operacionalização do Mecanismo

Para ativação do Mecanismo, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão adotar, além dos procedimentos previstos neste ANEXO, quaisquer outros eventualmente requeridos no Contrato de Administração de Contas, no Acordo Tripartite e, caso expressamente previsto, em instrumentos de dívida ou equivalentes eventualmente afetados pela variação na disponibilidade de receitas da CONCESSÃO livres de qualquer ônus.

Após ativação do Mecanismo pela ARTESP, o BANCO DEPOSITÁRIO, o AGENTE e demais agentes eventualmente indicados no Contrato de Administração de Contas ou no Acordo Tripartite deverão ser notificados com relação ao(s) Contrato(s) de Financiamento, utilização do Mecanismo e quaisquer outras

informações necessárias para implantação do Mecanismo. O BANCO DEPOSITÁRIO adotará todas as medidas para assegurar a operacionalização do Mecanismo, sem prejuízo das demais disposições do Contrato e seus Anexos às quais esteja vinculado, tais como:

- ajustar o percentual de recolhimento da OUTORGA VARIÁVEL aos níveis indicados neste ANEXO, [•]%, [•]% ou [•]%, conforme notificação da ARTESP;
- efetuar o recolhimento das compensações previstas no Mecanismo, observando suas regras, e enviar relatório mensais às PARTES indicadas quando da ativação do Mecanismo;
- notificar as PARTES sobre a cessação das compensações;
- efetuar as transferências previstas no Mecanismo e indicadas no Contrato de Financiamento e, se necessário, em instrumentos complementares de garantia, cessão de recebíveis, entre outros que podem integrar ou complementar o Contrato de Financiamento incluído no Mecanismo;
- outras medidas previstas no Mecanismo e em instrumentos, contratos, acordos e ajustes associados a sua efetivação.

5.0 Mecanismos Alternativos

A CONCESSIONÁRIA poderá propor para deliberação da ARTESP mecanismo de proteção cambial alternativo que se utilize da mesma OUTORGA VARIÁVEL alocada para este Mecanismo. A concessionária deverá demonstrar à ARTESP que a alternativa proposta é neutra ou vantajosa para o PODER CONCEDENTE em comparação ao Mecanismo descrito neste ANEXO, especialmente quanto à economicidade, padrão de mercado, assunção de riscos pelo PODER CONCEDENTE e simplicidade de operacionalização.